

## **Manifesto em defesa das Comunidades Tradicionais Pantaneira frente à proliferação de barragens para geração de energia no Pantanal**

*"Eu já vi as coisas boas que nosso Jauru e o Pantanal tinham, era um rio profundo, largo, cheio de peixes, e hoje está assoreando, é a barragem que fizeram acima... nós precisamos de energia sim, mas não podemos prejudicar o Pantanal com essas usinas (P.S. Pantaneiro, rio Jauru - MT)."*

A Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira, representantes da sociedade civil, membros da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e lideranças de 12 segmentos de Povos e comunidades tradicionais do Cerrado e Pantanal, vimos, por meio desta carta, manifestar nossa indignação e preocupação com o avanço da instalação de barragens para implantação de Usinas Hidrelétricas (UHEs), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras de Hidreletricidas (CGHs) nos rios formadores do Pantanal, impactando nossos territórios Tradicionais Pantaneiro.

Cientes de que as barragens construídas no entorno do nosso Pantanal comprometem os nosso modos de vida, a cultura, a geração de emprego e renda, o sustento, a segurança alimentar e hídrica e qualidade de vida de muitas comunidades e povos tradicionais, como a Comunidade Porto Limão, localizada às margens do rio Jauru (com 6 empreendimentos já em operação, sendo 1 UHE e 5 PCHs) no município de Cáceres – MT, e de outros municípios pantaneiros como Porto Espiridião, Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço, no Estado de Mato Grosso, e as comunidades tradicionais do Município de Coxim – MS, e muitas outras ao longo da planície pantaneira. Nossos modos de vida são moldados pelos contrastes e ritmos dos ciclos das águas do Pantanal, permeados por conhecimentos ecológicos e culturais milenares, baseados na percepção, uso e manejo dos recursos naturais desse Bioma.

Nossas comunidades têm formas comunitárias de apropriação de espaços e recursos naturais, tendo como alicerce o conjunto de atividades desenvolvidas como a pesca artesanal-profissional e de subsistência, sendo um elemento não só econômico como simbólico, cultural, ambiental e religioso. A instalação das barragens representa não só problemas socioeconômicos e culturais, mas ainda socioambientais com impactos ainda imensuráveis, tendo em vista que estão planejadas um total de 135 empreendimentos nos principais rios formadores do nosso Pantanal, sendo 44 já em operação (que representam o elevado valor de 70% do potencial hidrelétrico de toda a bacia do Alto Paraguai!) e 91 nas diferentes fases do processo de licenciamento e inventário. O Pantanal é uma das maiores áreas úmidas do mundo, que cada vez mais apresenta fragilidades expressivas, como o elevado índice de desmatamento no planalto circundante, nas cabeceiras dos seus rios formadores (entre 50 a 80%), levando ao assoreamento dos rios (tendo o rio Taquari – MS, como o exemplo mais drástico), contaminação por agrotóxicos e fertilizantes, resultantes da agricultura industrial de soja, milho, algodão, cana-de-açúcar também nas áreas de planalto, área esta que tem como função a recarga dos aquíferos que alimentam os rios na seca, o retorno ameaçador da do Projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Nosso Pantanal já não comporta tantas agressões, e os impactos que a instalação de usinas hidrelétricas têm ocasionado em outras bacias do Brasil são conhecidos, causando muitos problemas sociais como expulsão de povos e comunidades tradicionais de seus territórios, diminuição da agricultura e produção familiar, perda de identidade cultural, migração intensiva em busca de emprego e renda, inchaço das periferias das cidades, entre outras.

Manifestamos nosso direito de querer viver onde sempre vivemos, e conviver com nosso Pantanal por inteiro!

Não queremos que as usinas sejam analisadas isoladamente, pois o seu reflexo não é local, nem tão pouco isolado. A dinâmica dos rios pantaneiros está sendo afetada e, por conseguinte, o pulso de cheias e secas de todo o sistema Pantanal será alterado.

Queremos que haja audiências públicas para que as comunidades locais sejam ouvidas e possam deliberar sobre a implantação desses empreendimentos, de acordo com o Decreto 6040 e a Convenção 169, do qual somos sujeitos de direito. Não queremos audiência de faz de conta, só para constar no papel...

Solicitamos urgentes providências e a suspensão da instalação de UHES, PCHs e CGHs que impactam nossos territórios e consequentemente a nossa vida.

**Queremos os rios livres, como livres são nossos pensamentos e como livre deveríamos ser, vivendo em nossos territórios!**

Cuiabá, 15 de Agosto de 2014.

*Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais região Centro Oeste.*